



Esgotado, governo Lula-Alckmin quer conciliação com o golpismo

Só a luta de classes vai derrotar o projeto dos ricos!

Passados cerca de um ano e meio do governo de frente ampla Lula-Alckmin, é possível concluir o que já havíamos previsto: não há qualquer disposição, sequer de negociação, para algum avanço das pautas das classes oprimidas. A imagem da subida à rampa de Lula ao lado de figuras que simbolizavam as classes oprimidas, foi, sim, histórica: uma grande peça de *marketing* que só tinha o objetivo de angariar capital político para ganhar manchetes mundo afora e viabilizar os primeiros meses de governo. De janeiro de 2023 para cá, os avanços foram superficiais, o capital segue com seu projeto neoliberal de precarização das condições de vida, e a extrema direita se firma como um importante polo composto por amplos setores das classes dominantes, e com apoio popular.

As grandes demandas populares que, em parte, conduziram Lula de volta à presidência não foram concretizadas. Muito pelo contrário, o movimento estudantil não viu a revogação do Novo Ensino Médio; o movimento sindical não viu a revogação das reformas trabalhista e da previdência; o movimento indígena não viu as demarcações de terras no ritmo necessário; o movimento negro segue vendo a brutalidade policial nas periferias; o movimento feminista não viu a redução nos feminicídios; o movimento camponês não viu a reforma agrária; o movimento dos sem-teto não viu a reforma urbana - a lista é longa. En-



Com silêncio sobre o golpe militar, Lula quer conciliação à base da mordada.
Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

quanto isso, o grande projeto do governo são as demandas dos capitalistas, como o Arcabouço Fiscal, com cortes de investimentos públicos e arrocho salarial para os servidores. Isso não é nenhuma novidade para nós anarquistas. Sempre alertamos que qualquer grupo político que suba ao poder por meio do parlamento burguês terá que jogar o jogo com as regras do capital. No entanto, dessa vez não há nem a tentativa de distribuição das migalhas costumeiras oferecidas pelos governos reformistas de esquerda.

Silêncio sobre 1964

Outro episódio simbólico foi a orientação de Lula para que o governo não celebrasse a memória dos 60 anos do Golpe Militar de 1964, regime que oprimiu, prendeu, torturou e matou, a serviço do capital e do imperialismo estadunidense. Num contexto em que Bolsonaro e o partido fardado planejaram um golpe, silenciar sobre a ditadura de 1964-1985 é

mais um gesto em busca de uma conciliação feita à base da mordada.

Enquanto o governo Lula-Alckmin não oferece qualquer alternativa e segue a cartilha neoliberal, a maioria dos movimentos populares ainda titubeia com gestos muito tímidos, e na prática

Movimentos populares são freados pelo burocratismo e calendário eleitoral

atua como correia de transmissão do governo. Com exceção de algumas mobilizações localizadas e de ganhos pontuais, lutas mais amplas vêm sendo freadas pelo burocratismo das direções, pelos acordos de gabinete e pelo calendário eleitoral.

Caso Marielle e terrorismo de Estado

Seis anos depois do assassinato de Marielle e Anderson, foram presos aqueles que, segundo a Polícia Federal, são os mandantes do crime: os políticos Domingos e

Chiquinho Brazão, além do delegado de polícia Rivaldo Barbosa. A revelação mostra a forte conexão das milícias com a própria institucionalidade burguesa-burocrática que, como dizem, precisa ser preservada. A chamada Operação Verão, em que a PM de São Paulo fez mais de 50 mortos entre fevereiro e março na Baixada Santista, é outro episódio macabro que escancara a ilusão do Estado Democrático de Direito, que nunca chegou para a maior parte da população, formada pela classe trabalhadora mais precarizada.

Seguimos acreditando que a luta de classes, por meio da ação direta, é o único caminho para derrotar a extrema direita e pôr abaixo esse estado de coisas que só reproduz morte e opressão. A construção e o fortalecimento de movimentos sociais independentes e combativos são os passos para fazer avançar as demandas populares, destruir esses sistemas e forjar o socialismo libertário.

O anarquismo durante a ditadura militar brasileira

Página 02

Alteração da Lei de Regularização Fundiária

A quem serve esse governo?

Página 03

Educação de luta, educação em luta

Profissionais de educação se mobilizam no primeiro semestre do ano

Página 04

A resistência palestina e o conflito regional anti-imperialista

Página 06

Relatos de uma jornada de luta sindical e popular

09 de maio de 2024, a segunda greve geral contra o governo de extrema direita na Argentina

Página 07

Tragédia no Rio Grande do Sul

Uma catástrofe capitalista

Página 07

I Congresso da OSL realiza segunda sessão

Página 08



O anarquismo durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)

A história do anarquismo na ditadura militar é pouco conhecida, seja pelos próprios militantes, seja pela historiografia do tema. Devido a esforços de memória dos próprios anarquistas e/ou de investigações históricas, esse panorama vem se modificando. Hoje sabemos mais sobre a luta da militância anarquista após os golpes militares ocorridos no Brasil (1964), Uruguai (1973) e Argentina (1976). Ao contrário do Uruguai e da Argentina, não havia no Brasil uma organização política capaz de articular a militância anarquista daquele período. No final dos anos 1950, o anarquismo teve dificuldade de prosseguir com sua militância sindical (restrita a SP, RJ e RS) e o projeto de uma organização política nacional naufragou. O principal meio de articulação do anarquismo, além de reuniões formais, estava vinculado a produção dos jornais *O Libertário*, em SP, e *Ação Direta*, no RJ. Assim que o golpe militar estourou no país, o anarquismo possuía dois espaços culturais ativos, o *Centro de Cultura Social* (CCS), em São Paulo, e o *Centro de Estudos Professor José Oiticica* (CEPJO), no Rio de Janeiro. Tais espaços, ao menos na década de 1950, não tinham o objetivo culturalista de serem espaços “fechados em si mesmos”, mas de se espalhar para bairros populares, a partir de uma estratégia classista de inserção nas classes oprimidas.

Com o golpe, os anarquistas paulistanos passaram a publicar um novo jornal, intitulado *Dealbar*, que usava uma linguagem mais prudente, evitando os olhares da repressão. Contudo, neste período, o anarquismo prosseguiu com iniciativas de militância no nível social. Diante a efervescência da luta estudantil, jovens libertários impulsionaram a formação do *Movimento Estudantil Libertário* (MEL), uma organização que visava influenciar o movimento estudantil e coordenar os estudantes libertários, com o objetivo de criar uma organização local e, depois, nacional. O MEL chegou a atuar dentro da UNE (à época, uma organização com limites, mas de luta) e participou de inúmeras passeatas estudantis, muitas delas duramente reprimidas, nos estados do Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A dificuldade de inserção social no sindicalismo e em movimentos populares fragilizou a base social do anarquismo naquele período, fato que se complicou ainda mais com a repressão sofrida pelo MEL e pelo CEPJO. Em outubro de 1969, já com o regime militar endurecido, 18 militantes libertários do Rio de Janeiro seriam presos/as e alguns destes/as torturados/as por agentes da Aeronáutica. Os/as militantes foram processados/as pela Procuradoria da Justiça Militar por acusação de desrespeito à Lei de Segurança Nacional. O processo durou até 1972, quando todos/as foram finalmente absolvidos depois de um grande esforço jurídico e de articulação. Tal processo, entretanto, somado à falta de uma organização política que pudesse definir uma linha em um contexto ditatorial, terminou com quaisquer possibilidades de ação pública do anarquismo no auge da ditadura.

De 1972 a 1977, o anarquismo brasileiro passou, provavelmente, por sua mais difícil fase no século XX em termos de relevância social e atuação pública. A repressão contra a luta armada atingia não apenas seus integrantes, mas quaisquer opositores do regime. Durante esse período, os anarquistas se limitaram a fazer reuniões semiclandestinas (não estavam sendo procurados formalmente, mas não podiam fazer atividades públicas) e sua imprensa encontrava-se totalmente desbaratada. Foi apenas no contexto do início da transição pactuada e da completa derrota da luta armada pela repressão que o anarquismo voltou a se organizar com mais intensidade.

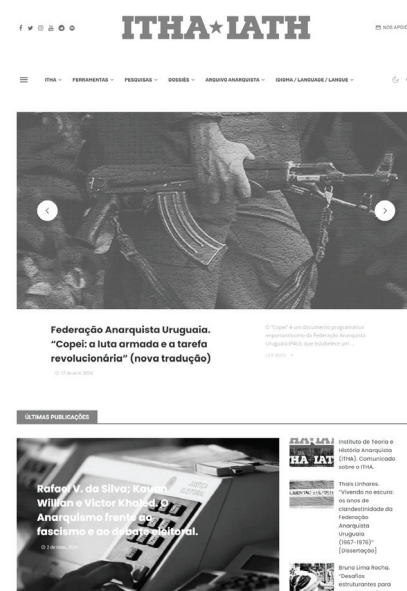
O surgimento do jornal *O Inimigo do Rei* em 1977, a partir da ação de estudantes baianos, passou a rearticular e difundir o anarquismo naquele período. O jornal passou a incorporar novas ferramentas teóricas e reflexões sobre questões raciais, de gênero, ecológicas, indígenas e sexuais que foram muito importantes para oxigenar a ideologia. Apesar das inovações, a falta de coesão interna, o espírito de síntese organizativa e a fragmentação teórica fizeram com que houvesse grandes divergências de linha política. A falta de uma organização política

anarquista, de cunho programático (tema aliás que sequer era abordado no jornal), também limitou o avanço da ideologia no período e o jornal transformou-se num espaço de articulação, quando deveria ser um meio.

A despeito disto, experiências sindicais importantes de inserção social foram tocadas, como a formação de coletivos sindicais atuando na categoria do funcionalismo público, jornalistas e a formação do *Coletivo Libertário de Oposição Sindical*. No movimento estudantil, os anarquistas tentaram organizar a *Federação Libertária Estudantil* (FLE) e na luta comunitária, participaram de experiências de organização nos bairros ainda durante a ditadura. Todas essas ações, valorosas do ponto de vista político, foram, no entanto, solapadas não apenas pelas dificuldades vigentes naqueles tempos difíceis, mas pela falta de um planejamento consistente, que só poderia ser realizado numa instância política específica, de anarquistas. Não à toa, o anarquismo brasileiro ao fim da ditadura teve enorme dificuldade em se reorganizar, enquanto no uruguaio, mesmo com mortos e desaparecidos em suas fileiras, contou com a experiência de uma organização política anarquista programática (*Federação Anarquista Uruguia*) e classista, que permitiu acumular politicamente, o que facilitou sua reorganização.

Devemos ser generosos ao estudar o anarquismo em diferentes contextos históricos, mas também críticos e autocríticos, visando não repetir os erros do passado. Na história não existe “se” nem “talvez”, mas a falta de uma organização política, com uma linha em comum, classista e revolucionária, assim como o desenvolvimento de uma unidade teórica, política e prática, poderia ter acumulado, mesmo num contexto de uma ditadura militar. O anarquismo teria saído mais fortalecido durante a redemocratização, menos fragmentado e com mais capacidade política de intervenção nacionalmente. Independentemente da avaliação, precisamos resgatar a presença do anarquismo neste período, aprendendo com os acertos e erros do passado, rumo ao futuro socialista e libertário que tanto almejamos.

ITHA publica novo site multi-idiomas



O Instituto de Teoria e História Anarquista lançou no Primeiro de Maio deste ano seu novo site multi-idioma (português, inglês, espanhol e francês). A página pode ser acessada em www.itha-iath.org.

Surgido em 2012 por iniciativa de militantes envolvidos em organizações políticas e movimentos populares, o ITHA tem o objetivo de ser um espaço que sirva de referência para a pesquisa histórica e teórica do anarquismo, priorizando a qualidade dos textos e o rigor metodológico no tratamento do assunto. Em 12 anos, foram mais de 250 artigos publicados em diferentes idiomas e abordagens. O Instituto também teve participação no apoio, tradução ou edição de diversos livros, boa parte disponibilizada no próprio site.

O ITHA é um projeto autônomo de militantes anarquistas e não recebe qualquer tipo de subsídio ou apoio institucional. No comunicado divulgado em seu novo site, o Instituto convida o público à produção e à formação anarquista: “Nosso trabalho mantendo o ITHA é um trabalho coletivo e que tem como objetivo apoiar e subsidiar teoricamente a militância anarquista em suas organizações específicas e em seus movimentos populares. Em todos esses 12 anos e agora, estamos abertos à contribuição de todos e todas que desejarem se juntar a um processo coletivo de pesquisa, formação e instrução.”

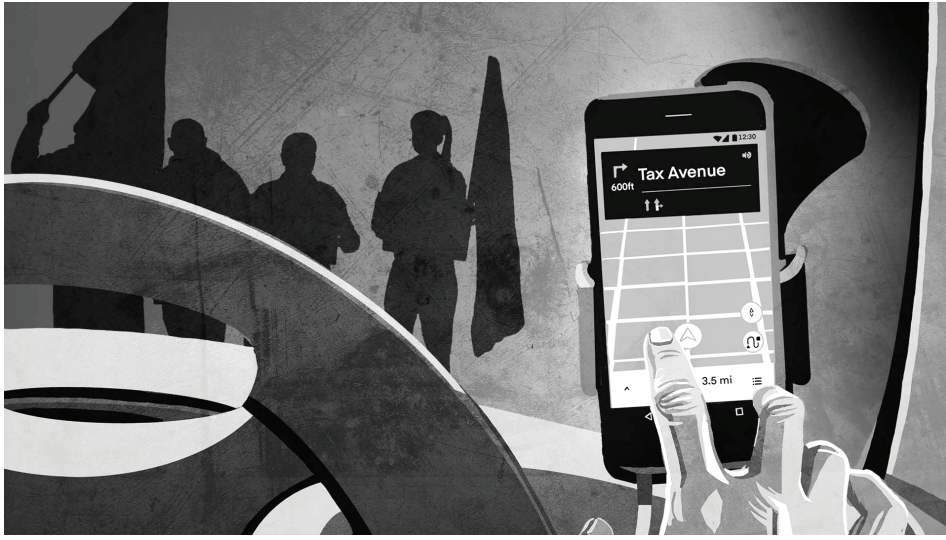


Imagem: ICIJ (icij.org)

Em março deste ano, o governo federal apresentou o Projeto de Lei de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos, que visaria criar regras para essa categoria - o PLP 12/2024. Entretanto, após meses de mesa de negociação entre governo, empresas e trabalhadores, o que se nota é que a balança pendeu mais em favor das empresas. O projeto do governo é um aprofundamento da reforma trabalhista de Temer. Cria uma categoria até então inexistente, a de “trabalhador autônomo por plataforma”, o que esconde a relação patronal entre aplicativos e motoristas, atendendo aos desejos dessas empresas bilionárias, como Uber e 99.

Um dos artigos garante que as empresas possam demitir de acordo sua política de contratação, desligando os trabalhadores das plataformas sem

PL dos apps

Aumento da exploração e fim do salário mínimo

maiores explicações. Além disso, permite aumentar a jornada de trabalho para 12 horas diárias, um retrocesso de mais de 100 anos, destruindo uma conquista histórica da classe trabalhadora no Brasil. O valor de R\$ 32,10 a hora de trabalho não cobre os intervalos entre as viagens, o que se torna insuficiente frente às demandas dos motoristas. A proposta permite ainda que empresas de outras áreas também contratem por meio de aplicativos, desoneradas dos custos do vínculo trabalhista tradicional.

O tema é polêmico e divide a categoria, formada em parte por trabalhadores que rejeitam a CLT. Muitos acreditam na propaganda disseminada pela direita e pelos próprios aplicativos de que as leis trabalhistas trazem prejuízos financeiros. Mesmo esse Projeto de Lei, que mantém a superexploração dos aplicativos, é alvo de uma intensa campanha contrária movida pela extrema direita, por meio de parlamentares bolsonaristas que espalham desinformação. Mas o maior sinal de que o Projeto de Lei é nocivo à classe trabalhadora é o apoio das próprias empresas, como a Uber, que sofre milhares de processos na justiça para reconhecimento do vínculo de emprego. O PL dos APPs ainda vai passar por discussão pela Câmara dos Deputados.

Alteração da Lei de Regularização Fundiária

A quem serve esse governo?



Em julho do ano passado foi aprovada a lei do novo “Minha Casa, Minha Vida” (Lei nº 14.620 de 2023). O programa, que se caracteriza muito mais pela capacidade de aquecer o mercado imobiliário e que nunca quebrou a lógica da moradia como mercadoria, trouxe uma alteração que se constitui em um grave ataque à população mais pobre e que luta para morar com dignidade. Nessa Lei foi incluída uma mudança proposta pelo presidente da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Urbano no Congresso, do União Brasil, e que foi incorporada como parte das negociações do governo Lula com o Centrão, que permite a privatização da Regularização Fundiária de Interesse Social ao autorizar que o financiamento dessa política pública seja feito pela iniciativa privada e paga pelo povo.

Para entender o impacto dessa alteração é importante compreender o que é a Regularização Fundiária. Esse processo serve para que as pessoas que construíram e moram em uma ocupação em determinado território que não cumpria sua função social, por exemplo, tenham segurança por meio da documentação, o que impede que elas sejam despejadas de suas moradias. Além disso, a regularização compreende o processo urbanístico, ou seja, as obras de infraestrutura do bairro. Com essa alteração da lei em 2023, as obras de infraestrutura básica da REURB de Interesse Social (vias

de acesso, iluminação pública, solução de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica) poderão ser financiadas pelo setor privado que poderá cobrar das famílias pela integralidade da operação financeira. Isso significa que tanto a indenização ao proprietário como as obras básicas de infraestrutura sejam pagas pelas famílias que ocupam as áreas abandonadas e sem função social.

As ocupações são instrumento de luta da população mais vulnerável que não tem nenhum tipo de apoio do Estado para acessar o direito básico de morar com dignidade. Essa mudança é um ataque a uma série de direitos e instrumentos historicamente conquistados por aqueles que lutam pela democratização do acesso à terra e do planejamento urbano, e pela função social da propriedade na cidade. Na prática, acaba com a diferença entre a REURB de Interesse Social e a de Interesse Específico. A garantia dessa operação financeira é o próprio imóvel, ou seja, as famílias que não conseguirem arcar com o custo dessa operação, podem ser despejadas do seu imóvel, que irá para um leilão. Essa transferência para o mercado, por meio de leilão, faz com que o imóvel possa ser adquirido por qualquer pessoa, e isso pode fazer com que a população mais pobre que vive nessas áreas seja substituída por aqueles que têm acesso ao mercado formal de imóveis, podendo ter um impacto sobre uma série de instrumentos urbanísticos como a Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). A mudança, assim, coloca o dinheiro público a serviço de operações financeiras com o objetivo especulativo e inviabiliza o acesso das famílias a qualquer possibilidade de segurança em relação à moradia.

Os problemas de habitação no Brasil não são verdadeiramente enfrentados, são somente renovados, e o governo encontrou uma forma de fazer com que a regularização seja rentável para os capitalistas. O que deveria ser direito vira um grande negócio que coloca a população pobre cada vez mais vulnerável, enquanto os de cima multiplicam suas riquezas.



Educação de luta, educação em luta

Profissionais de educação se mobilizam no primeiro semestre do ano

Em uma conjuntura de ataques aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, profissionais de educação de diferentes redes públicas do país estão protagonizando importantes mobilizações ao longo do primeiro semestre de 2024. Da educação básica ao ensino superior, trabalhadoras e trabalhadores se engajaram na construção de lutas cujas pautas remontam, sobretudo, à recomposição salarial (para compensar as perdas inflacionárias dos últimos anos), a melhores condições de trabalho e à valorização ou reestruturação dos planos de carreira.

Na cidade de São Paulo, profissionais de educação da rede municipal protagonizaram greve entre os dias 08 e 28 de março. Em conjunto com o funcionalismo municipal, trabalhadores da educação anteciparam a campanha salarial, reivindicando 39% para compensar a inflação acumulada, além da defesa do plano de carreira e melhoria nas condições de trabalho. O prefeito Ricardo Nunes (MDB), representante do empresariado e aliado do bolsonarismo, demonstrou sua intransigência e desprezo pelos trabalhadores: junto à sua base na Câmara Municipal, impôs reajuste de apenas 2,16%, procurando chantagear a categoria com a adoção da política de subsídios - que destrói o plano de carreira. Pesaram negativamente para as e os profissionais de educação as disputas burocráticas estabelecidas pelas direções sindicais entre os blocos Coeduc (Sedin, Sinesp e Sinpeem) e Fórum das Entidades (liderados por Sindsep e Aprofem). O primeiro bloco defendeu uma atuação corporativista, separando a educação das demais categorias - portanto, rompendo com a unidade de classe.

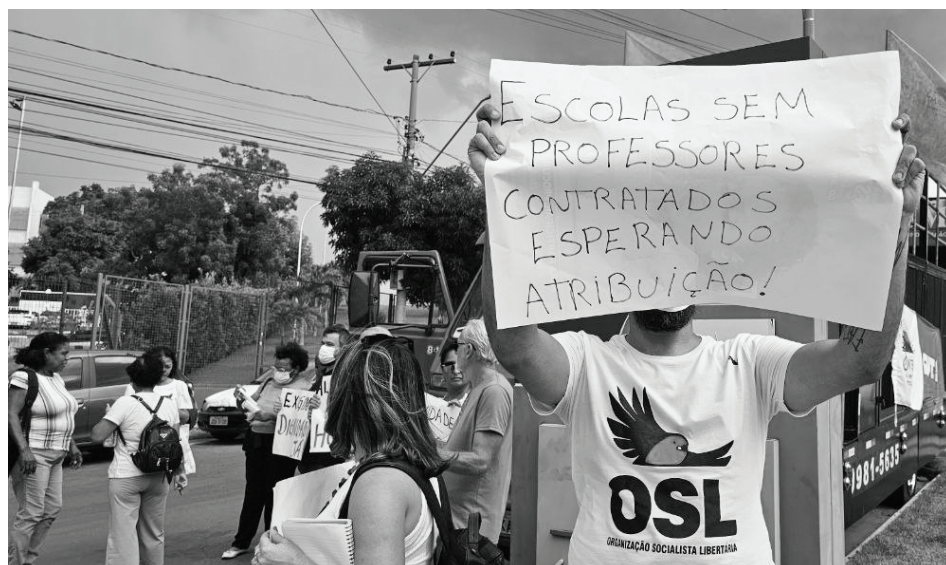
Por dificuldades impostas pela própria burocracia sindical, as manifestações tiveram pouco impacto prático na cidade e membros da direção procuraram direcionar a luta para o processo eleitoral municipal - inclusive, lançando candidatos. Os Comandos de Greve Regionais, no entanto, novamente desempenharam um importante papel na mobilização, percorrendo as escolas e fomentando a adesão de uma categoria que demonstrou disposição de luta. Os Comandos Regionais, na prática, são um fundamental instrumento dos setores mais combativos da categoria, que não se deixam limitar pelo autoritarismo e recuo das burocracias sindicais e estimulam maior participação da base na vida sindical.

Em Bauru, no interior de SP, trabalhadores da educação se mobilizaram, em fevereiro, reivindicando o cumprimento do Piso Salarial do Magistério, além da liberação de um terço de sua Jornada Básica sem interação direta com estudantes - algo previsto na Lei do Piso do Magistério e que prefeitura não cumpriu em texto encaminhado à Câmara Municipal. A prefeita Suéllen Rosim (PSD), também bolsonarista e representante do empresariado, negou-se a negociar com a categoria, apelando ao judiciário para que 70% do efetivo das escolas estivesse em funcionamento - o que foi acatado pelos magistrados. Trabalhadores de educação da rede estadual de São Paulo também se mobilizam: em 15 de março foi realizada

paralisação com assembleia - com nova paralisação para o dia 26 de abril, com indicativo de greve. A pauta de reivindicações inclui, entre outros pontos, reajuste salarial com aplicação do piso nacional no salário base; garantia de emprego, direitos, atribuição justa e salários para professores temporários; convocação de concursados e combate ao Novo Ensino Médio (NOM).

Na rede municipal de Belo Horizonte (MG), também em fevereiro, profissionais de educação em greve também lidaram com a intransigência da prefeitura de Fuad Noman (PSD) e do judiciário, que impôs multa diária de R\$ 100 mil ao Sindrede. Na última assembleia, trabalhadores defenderam a mobilização constante em prol da carreira, da valorização dos servidores e da educação pública. Com o fim da greve, aceitaram a proposta de 8,04% de reajuste em três parcelas: 4,03% em agosto; 1,82% em novembro e 2% em dezembro. Ainda em Minas Gerais, a rede estadual realizou, em março, paralisação de 48h, com importante adesão. Os trabalhadores reivindicaram o pagamento do piso salarial (R\$ 4.580,57) e a derrubada do veto do governador Romeu Zema (Novo) ao PL que estendia assistência à saúde do Instituto Previdenciário do estado (Ipsemg) a servidores que se aposentaram pelo regime geral (RGPS).

No Sul do Brasil, a categoria da educação também se mobilizou. Em Santa Catarina, profissionais de educação da rede estadual aprovaram em assembleia greve por tempo indeterminado a partir de 23 de abril. O movimento é um instrumento de pressão para que o governo de Jorginho Mello (PL) atenda as pautas, que envolvem valorização salarial; revogação do confisco de 14% na aposentadoria; garantia de Hora Atividade para professores dos anos iniciais e segundos professores. No Paraná, professores da rede municipal de Almirante Tamandaré, em conjunto com



Mato Grosso - trabalhadores da educação em situação de contrato temporário, cobrando realização de atribuição de cargos/funções. Fevereiro de 2024

A resistência palestina e o conflito regional anti-imperialista



Em 7 de outubro de 2023, uma operação militar liderada pelo Hamas mas que contou também com outras forças armadas, como a FDL¹, organização de orientação marxista-leninista, rompeu o cerco de 17 anos do Estado Colonial do *Apartheid* Sionista na Palestina Ocupada. A operação causou grande surpresa aos EUA e seus aliados, tendo em vista que o mito do “imbatível” Estado de Israel caiu por terra e a negligência ou fraqueza da inteligência militar sionista também foi exposta. Desde então, uma chuva de informações fragmentadas, desconstruídas ou simplesmente falsas, tomaram conta do debate público, como a informação da decapitação em massa de bebês israelenses e acusações de estupros em massa². Até mesmo o número de mortes sofreu alterações, dando conta de 1.200 israelenses mortos, muitos deles militares. Informações que preparavam a justificativa das atrocidades que Israel cometera contra os palestinos.

Seríamos ingênuos ao afirmar que ações reprováveis (e que estão fora de nossa perspectiva política e princípios éticos libertários) não possam ter sido cometidas por combatentes palestinos nessa ofensiva — e não as apoiamos. Mas usá-las como justificativa para as atrocidades cometidas pelo Estado sionista é uma forma de tentar equilibrar uma relação de dominação, na qual é o **Estado de Israel que oprime, massacra e domina os palestinos há décadas, e não o inverso**. O que se seguiu foi um verdadeiro banho de sangue perpetrado por Israel e seus cúmplices. Já são cerca de 35 mil palestinos assassinados pelas forças israelenses, dentre os quais mais de 15 mil crianças. Para se ter ideia, 75% dos jornalistas assassinados no mundo em 2023 foram mortos pelas forças armadas israelenses.

Toda a ação militar de Israel demonstra, sem nenhuma dúvida, que as forças israelenses cometem genocídio contra o povo palestino, impedindo a ajuda humanitária, assassinando crianças de maneira deliberada, fuzilando civis a sangue frio e realizando limpeza étnica em seus territórios.

Em 1º de abril de 2024, tivemos uma nova escalada da ação sionista, quando o Estado israelense bombardeou a embaixada do Irã na Síria, matando três comandantes da Guarda Revolucionária Iraniana (IRGC), incluindo um comandante sênior. Não foi o primeiro ataque, mas sim algo “habitual”. A entidade sionista bombardeia a Síria semanalmente, ou no máximo a cada 15 dias, há mais de 14 anos. A hipocrisia ocidental é comparável ao orçamento gasto para proteger seu aliado estratégico e cabeça de ponte imperialista na região.

Os Estados Unidos, assim como as marinhas da França e da Grã-Bretanha, se empenharam em deter o ataque aéreo iraniano a partir de drones e mísseis. Em apenas 12 horas, o custo de uma noite para repelir a comedida resposta iraniana custou mais de US\$ 1,3 bilhão. Se levarmos em consideração os mais de US\$ 15 bilhões enviados para o Estado Colonial Sionista após 07 de outubro de 2023 e a “ajuda” regular, que varia de US\$ 3,8 bilhões a US\$ 5 bilhões/ano, teremos um custo aproximado

total em seis meses de quase US\$ 22 bilhões para proteger os interesses imperialistas na região e manter o regime de *apartheid* sobre os palestinos.

Se formos realmente projetar o conjunto das operações de apoio do imperialismo aos sionistas, em seis meses este custo passa de US\$ 30 bilhões. A verba estimada pelos militares egípcios leais ao general Sissi para construir o maior campo de concentração a céu aberto no mundo no Sinai seria de US\$ 50 bilhões (mais o perdão da dívida externa do Egito). Ou seja, se o *pogrom*, a limpeza étnica anunciada pelos carniceiros de Tel Aviv se suceder, a verba para erguer a prisão de centenas de milhares de palestinos no Sinai já teria sido gasta pela metade. Para reconstruir Gaza em escombros, seriam necessários outros US\$ 30 bilhões.

A resposta militar iraniana parece ter sido calculada para ser uma demonstração de força regional e, ao mesmo tempo, agir de maneira limitada de modo a não escalar o conflito. Hoje, a entidade sionista sabe que se não contar com ajuda direta de potências da OTAN, além do já citado financiamento dos Estados Unidos, simplesmente a Palestina, a Galileia, Golã e todo o Bilad al-Sham podem ser libertados. O gabinete de extrema direita de Netanyahu não tem interesse em realizar um acordo pela libertação dos reféns, pois a continuidade do massacre palestino atende aos desejos de limpeza étnica do sionismo mais radical e de sua manutenção no poder. **Se a insanidade do Estado sionista, além do oportunismo eleitoral de Netanyahu e sua gangue, levarem a escalar o conflito, teremos uma possibilidade de emergência de uma guerra regional que pode significar o início do fim do *apartheid*.**

Obviamente, nenhuma guerra é desejada por nenhum socialista libertário. Mas fazer política é atuar com as condições concretas colocadas pela realidade. Em caso de uma escalada do conflito, é fundamental que nos coloquemos firmemente favoráveis às ações das classes oprimidas em seu sentido **tático** (fim do *apartheid* palestino). A lição da história do anarquismo nesse sentido **estratégico** é clara: apoiar as guerras anti-imperialistas e ações militares de libertação nacional é um dever político, visando radicalizá-las em movimentos sociais de ruptura com os sistemas de dominação vigente.

Um exemplo dessas variadas ações **táticas** anti-imperialistas e anticoloniais foram os acampamentos estudantis nos EUA, em defesa do povo palestino e pelo fim do genocídio. Notícias recentes mostram que já há acampamentos na Espanha e no Brasil, demonstrando que a ação internacionalista e solidária das classes oprimidas pode convergir para a derrota do sionismo e de seu aliado norte-americano na região. O genocídio pode ser parado e o Estado sionista pode ser derrotado pelas ações das classes oprimidas internacionalmente.



Notas:

[1] Frente Democrática pela Libertação da Palestina

[2] Num trabalho de investigação detalhado a Al-Jazeera descobriu que a história da decapitação em massa foi fabricada por um sionista radical e tal fato nunca existiu. A reportagem investigativa da Al Jazeera encontrou uma única prova de violência sexual. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IwJwIPOHjec&rc=1>>

Relatos de uma jornada de luta sindical e popular

09 de maio de 2024, a segunda greve geral contra o governo de extrema direita na Argentina



“Companheiras e companheiros, sou Emilio Crisi, delegado sindical da Junta Interna da ATE (Associação de Trabalhadores do Estado, sindicato de servidores públicos nacional argentino) no município de Rosário (província de Santa Fé). Também sou membro da comissão diretora da seção sindical ATE Rosário e militante da *Federación Anarquista de Rosário* (FAR).

A forma de luta de hoje (09 de maio, segunda greve geral contra o governo de extrema direita de Milei e Cia.), teve bastante adesão e foi contundente. Em nível nacional foi quase total, apenas com algumas exceções, como em alguns comércios de bairros (como lojas, bares e restaurantes muito loca-

lizados), especialmente nas zonas periféricas dos principais centros urbanos. Outra baixa adesão foi em fábricas e unidades produtivas em locais mais afastados dos grandes centros, das grandes capitais de províncias. Nesses locais, os patrões mandaram abrir as portas das instalações através de ameaças, terrorismo patronal e pressão antissindical. A medida dos patrões foi ameaçar descontar o dia parado (pela greve geral) ou então, como é o caso das grandes redes de supermercados, oferecendo uma remuneração dobrada neste dia para quem não aderisse à paralisação e fuisse a greve.

Houve também um número muito reduzido de trabalhadores que,

infelizmente, decidiu ir trabalhar para quebrar a legitimidade da medida de força (a greve geral). Estes setores da classe têm, para dizer o mínimo, uma importante confusão ideológica e ainda aceitam o discurso do governo. Milei e sua gangue dizem que “é preciso trabalhar, não são necessárias greves e paralisações, é preciso garantir a reprodução do sistema econômico”. Desta forma acabam seguindo um pouco o plano de “governo” (ou não governo) do presidente eleito Javier Milei, que consiste em saquear os recursos naturais e coletivos; flexibilizar as leis de proteção ao trabalho (como na década de 1990) e aplicar políticas gerais muito semelhantes às da última ditadura militar.

Neste sentido, na zona de Rosário e da Grande Rosário — particularmente no cordão industrial da cidade vizinha de San Lorenzo — fizemos assembleias nas portas das fábricas para garantir que os/as companheiros/as trabalhadores/as não entrassem no trabalho. Em Rosário, fizemos um ato e uma concentração em frente a Bolsa de Comércio (a principal bolsa de commodities agrícolas e produtos de exportação da Argentina). Tivemos boa participação de distintos setores sindicais e populares.

Após, fizemos uma caravana em automóveis até a localidade de General Lagos, na porta da empresa transnacional *Dreyfus*. Ali acompanhamos uma assembleia intersindical das categorias presentes: servidores públicos; trabalhadores da soja (*aceiteros*), químicos, da indústria do sabão, metalúrgicos, marítimos, empregados da Justiça, movimentos sociais e alguns outros setores. Nessa assembleia intersindical foi aprovado aprofundar um plano de lutas, dentro das possibilidades das distintas categorias presentes.

O final da jornada foi no centro de Rosário. Nossos companheiros comerciários, dentro da Associação dos Empregados do Comércio, saíram em curtas passeatas pela zona central para conferir se as lojas e estabelecimentos comerciais estavam fechados. Desta forma, mediam força com a patronal que tentavam abrir seus negócios através de ameaças e bônus para os fura greves.”

Tragédia no Rio Grande do Sul

Uma catástrofe capitalista

A população do Rio Grande do Sul sofreu a maior catástrofe natural da história do estado com as chuvas que caíram no início de maio, que fizeram subir o nível dos rios e deixou várias regiões debaixo d’água. Até o fechamento desta edição, mais de 600 mil pessoas ficaram desalojadas e 169 pessoas morreram, além de mais de 40 pessoas desaparecidas. As enchentes destruíram casas e a infraestrutura de diversas regiões, e as inundações devem durar semanas. Não se sabe quando a vida voltará ao normal em quase todo o estado.

A tragédia não se trata apenas de uma fatalidade provocada pelo mau tempo. Uma pesquisa publicada em 2015 já alertava para a possibilidade de chuvas mais intensas no Sul do Brasil, e para a necessidade de adaptações para a mudança do clima. Estudos como esse foram simplesmente ignorados pelos governos, e pior: em 2019, o governo de Eduardo Leite (PSDB) propôs a mudança de quase 500 pontos da legislação de proteção

ambiental estadual, o que certamente agravou o problema, e demonstra como o Estado é sócio da ganância capitalista que destrói a Natureza a qualquer custo para multiplicar seus lucros.

Ao individualismo dos ricos e políticos, a população responde com solidariedade. Trabalhadores de todo o país vêm se engajando em campanhas de doação e apoio às famílias afetadas pela tragédia, demonstrando que o povo tem condição de tomar para si mesmo a condução de sua vida. É preciso ir além das ações solidárias, e apontar para as verdadeiras causas dessa tragédia: o sistema estatista-capitalista, que busca o crescimento econômico desenfreado, às custas da superexploração do trabalho e da natureza.

Os eventos climáticos extremos como o visto no Rio Grande do Sul não são mais casos excepcionais, e tendem a se tornar cada vez mais constantes se nada for feito para combater esse sistema. É urgente dar um basta a esse estado de coisas e construir uma sociedade socialista e libertária, verdadeiramente ecológica, que respeite todas as formas de vida.

I Congresso da OSL realiza segunda sessão



A Organização Socialista Libertária realizou nos dias 20 e 21 de janeiro a 2ª sessão do I Congresso da OSL “Juan Carlos Mechoso” — em homenagem ao militante histórico da Federação Anarquista Uruguaia, falecido em 2022.

Esta segunda etapa avançou no funcionamento interno da organização e na formação política da militância. Reproduzimos a seguir trechos da saudação lida na abertura da atividade.

Saudação à segunda sessão do ConOSL

São Paulo, 20 de janeiro de 2024

Esta é a 2ª sessão do Congresso da nossa nova organização, a OSL, e trata-se de um momento muito importante. Daqui, vamos sair com uma estrutura mais bem construída para fortalecer nossa organização interna, para afiar nossas bases teóricas, e para atuar no cotidiano da luta de classes no território brasileiro. Vamos sair mais fortes e convictos do papel que temos a cumprir para a transformação social.

Somos uma organização muito jovem, mas carregamos uma bagagem de três décadas de anarquismo organizado no Brasil, com seus erros e acertos, e força para seguir lutando. São quase 70 anos da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que buscou enraizar o socialismo libertário nas lutas populares latino-americanas e mais de 150 anos de anarquismo no mundo, construindo ricos processos de luta das classes oprimidas.

Nosso Congresso homenageia Juan Carlos Mechoso, histórico militante anarquista uruguaio, que partiu aos 87 anos de idade, deixando uma inestimável contribuição para nossa corrente e para as lutas em nosso continente. Fundou a FAU ainda na juventude, nos anos 1950, atuou em todas as frentes da organização, incluindo a luta armada, ficou preso por 12 anos, e seguiu militando para reconstruir a organização e passar sua experiência às gerações seguintes. Em sua memória, trazemos alguns de seus ensinamentos, que seguem atuais.

Vivemos um tempo de muitas incertezas. Neste momento, Israel promove um banho de sangue contra o povo palestino, em uma brutal ação militar ainda mais grave que as violências impostas há décadas à população de Gaza. Outros conflitos se espalham pelo mundo, com a conivência e interesse dos governos e dos capitalistas. A natureza vai sendo destruída e vivemos ondas de calor, tempestades avassaladoras, ondas de frio, queimadas etc. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras são lançados/as à precarização e à pobreza. Um momento duro, que leva as pessoas a optarem pelo caminho mais pragmático. Nas últimas eleições e apesar da derrota eleitoral do bolsonarismo, pouca coisa avançou de fato para as classes oprimidas. Mechoso aponta que a “larga experiência no que diz respeito às tentativas de escolher caminhos curtos, basicamente as de tipo estatal” termina por fortalecer os mecanismos de reprodução do sistema que tanto combatemos.

Acreditar que um governo mais à esquerda possa fazer as transformações que queremos é abrir mãos de nossas convicções.

Como diz nosso nome, somos socialistas e somos libertários e libertárias, como deve ser o socialismo. As dificuldades atuais são várias: não estamos num período revolucionário; somos minoritários em praticamente todos os nossos espaços de atuação; enfrentamos os ataques de governos de extrema direita, de direita, e de um governo liderado por um partido supostamente de esquerda. Mas mesmo em momentos em que não parece haver grandes avanços para as classes oprimidas, como bem analisa Mechoso, as “lutas, reivindicações, enfrentamentos, implicam um (...) acúmulo de conhecimento a partir de experiências e enfoques (...) que são fundamentais para a construção do poder popular, em meio às quais devemos estar a todo tempo”.

Reforçamos a importância do anarquismo para as lutas de hoje e de amanhã. Não estaríamos aqui, se não fosse a necessidade de afiar nossas ferramentas para que o anarquismo esteja a serviço das classes populares na construção revolucionária. Carregamos esse sentido e essa vontade, assim como fizeram muitas pessoas antes de nós.

Pela Revolução Social e pelo Socialismo Libertário! Um bom Congresso, e viva a OSL!

* Trechos citados são do livro *A Estratégia do Especificismo*, entrevista realizada com Juan Carlos Mechoso.

Instruir para revoltar lançamentos de livros

OSL: Manifesto, Princípios e Estratégia Geral

94 páginas | R\$ 32 |
editorafaisca.net



A Faísca Publicações Libertárias editou em livro os principais documentos que nortearam a fundação da OSL: o “Manifesto de Fundação” e “Nossos Princípios e Estratégia Geral: concepções filosóficas, teóricas, estratégicas, programáticas e organizativas”, aprovados na primeira sessão do Congresso da organização, em julho de 2023. Tais documentos expõem as concepções gerais e os princípios da OSL.

A Organização Socialista Libertária (OSL) é uma organização anarquista brasileira criada pelo conjunto dos núcleos que compunham a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL, estado de São Paulo), a Rusga Libertária (RL, estado do Mato Grosso), o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA, estado de Minas Gerais), além de indivíduos de outras localidades do Brasil. Ela pretende ser uma organização de abrangência nacional e, por isso, fomentar novos núcleos pelo Brasil.

Reivindicamos uma concepção de organização anarquista: o dualismo organizacional – anarquistas se organizando, ao mesmo tempo, como trabalhadores/as, nos movimentos populares, e como anarquistas, na organização política específica. Isso significa sustentar a diferenciação entre o nível social (de massas) e o nível político (de quadros, anarquista), e a relação antes descrita entre ambos. No nível social, nossa proposta se aproxima das formas históricas do sindicalismo revolucionário; no nível político, ela possui referência nas formas históricas de organizações homogêneas e programáticas: o platapformismo e o especificismo. (OSL. *Manifesto de Fundação*)